

Renegociação

- 8 AGO 1984

em condições favoráveis

O Brasil terá que renegociar a dívida externa em condições bem mais favoráveis para poder crescer a uma taxa de 7% ao ano a partir de 85 e começar a reduzir o desemprego que constitui o maior problema nacional. A receita foi dada ontem pelo superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz, durante palestra para cerca de 300 executivos que compareceram a almoço da Câmara Americana de Comércio. "Não dá mais para discutir se podemos crescer. Temos de crescer. É uma necessidade", insistiu.

A renegociação global da dívida só poderá ser feita pelo próximo governo, num contexto novo, favorável à fixação de prazos e juros compatíveis com a capacidade de pagamento do Brasil. O atual governo negociará apenas a fase três da dívida e alguma coisa no varejo.

Para renegociar em novas bases o sucessor do presidente Figueiredo deveria, segundo a proposta de Abílio Diniz, adotar mais ou menos a seguinte estratégia: apresentar um programa coerente de reajuste econômico para um período de quatro anos; mostrar aos credores que o País precisa crescer a uma taxa de 7% ao ano nesse período; definir que nesses quatro anos o País só pagará uma parcela dos juros (60% aproximadamente) e que todos os vencimentos do principal terão que ser rolados.

AJUSTES INTERNOS

O programa de ajuste econômico sugerido por Diniz teria de conciliar combate à inflação, redução progressiva do déficit do balanço de pagamentos para eliminá-lo até 1989; aumento da oferta de alimentos básicos e redução da participação do Estado na economia, como empresário e como gestor. Com o crescimento de 7% ao ano, o País geraria cerca de 1,4 milhão de novos empregos, suficientes para absorver 1,2 milhão de pessoas que entram para o mercado de trabalho, restando ainda 200 mil novos empregos para reduzir progressivamente o número de desempregados, cerca de quatro milhões atualmente.

O superintendente do Grupo Pão de Açúcar disse que a retomada do crescimento é perfeitamente compatível com o combate à inflação e com a melhoria do balanço de pagamentos. Apontou como principais condições para reduzir a inflação o aumento da produção agrícola e a credibilidade no governo. Como medidas importantes, porém secundárias, para combater a inflação, Diniz mencionou a redução da correção monetária (desindexação), a desvinculação do mercado financeiro dos reajustes cambiais (desdolarização) e a redução dos juros reais.